

Programa Político Eleitoral de 2014

ÍNDICE

Introdução	1012
Rumo das Aspirações Comuns para o Futuro.....	1016
I. Ambiente Habitável	1016
II. Desenvolvimento	1022
III. Solidariedade Social	1028
IV. Melhor Governação	1033
Conclusão.....	1036

INTRODUÇÃO

Terminarei em breve, o meu terceiro mandato como Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para expressar a minha máxima gratidão ao Governo Central e aos residentes de Macau pela confiança e apoio em mim depositados, pois foram eles que me proporcionaram a valiosa oportunidade de servir o desenvolvimento de Macau.

No decurso do terceiro mandato, com o imprescindível apoio do Governo Central e dos residentes de Macau, o Governo da RAEM tem vindo a cumprir plenamente, a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, observando as políticas de “Um País, dois sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia e na esteira do desenvolvimento de uma década, desde o regresso de Macau à Pátria, vencendo as muitas dificuldades e desafios decorrentes do desenvolvimento da sociedade de Macau, atingindo um desenvolvimento económico saudável, uma sociedade pacífica e harmoniosa, e um aumento progressivo da qualidade de vida da população.

O governo da RAEM, na defesa dos interesses do Estado e dos residentes de Macau, e para acompanhamento das estratégias gerais do desenvolvimento do País, tem concretizado o propósito da “edificação de um governo transparente” e da “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”, promovendo activamente, o desenvolvimento da diversificação adequada da economia aprofundando, a cooperação regional, ajustando e controlando o ritmo de crescimento da indústria do jogo para o seu desenvolvimento saudável e apoiando as indústrias recentemente emergentes, tais como a dos sectores de convenções e exposições, da criatividade cultural, farmacêutico e de medicina tradicional chinesa. A criação do regime da reserva financeira tem fomentado o funcionamento estável do sistema financeiro e monetário. No período de 2010 a 2013, o crescimento económico anual efectivo de Macau foi de 14%. No segundo trimestre de 2014 a taxa de desemprego geral em Macau manteve-se em 1,7%. O Governo da RAEM tem projectado, com afinco, o futuro, reforçando a construção efectiva de diversos regimes de longo prazo na habitação, segurança social, educação e saúde, bem como nas áreas do bem-estar público, alargando o investimento público, reforçando o sistema da segurança social para desempregados, apoiando os grupos mais vulneráveis, aperfeiçoando o bem-estar dos cidadãos, ao que acresce

a conclusão, sem sobressaltos, da construção do novo campus da Universidade de Macau, na Ilha de Hengqin, criando assim, para a RAEM, um novo espaço de formação de mais talentos. A par da conclusão da construção de 19 000 apartamentos de habitação pública, dar-se-á início a outros trabalhos de planeamento de novas habitações. Além disso, com base na opinião pública e na auscultação dos diversos sectores da sociedade, o Governo da RAEM vai impulsionar gradualmente, o desenvolvimento do regime político, promover com diligência a edificação do sistema legal, aprofundar a transparência da governação e fortalecer eficazmente, a construção de uma sociedade incorrupta.

Actualmente, a RAEM encontra-se num momento crucial do seu desenvolvimento, devido à coexistência de oportunidades e desafios. Por um lado, o Estado está numa fase-chave de reforma total e profunda, que poderá trazer para Macau, um novo conjunto de oportunidades de desenvolvimento. Por outro lado, o desenvolvimento sustentável de Macau poderá encarar desafios decorrentes de novos paradoxos e especificidades, condicionantes que assentam em velhas e novas questões, superficiais e profundas, derivadas da carência de terrenos e de recursos humanos, da grande disparidade entre a reforma da administração pública e a consolidação da legislação e o progresso económico da sociedade.

Nos próximos cinco anos, eu e a minha equipa governativa, para um novo mandato do Governo, persistiremos nos objectivos políticos de “servir melhor os cidadãos” e da “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”, bem como nos objectivos de uma governação que responda às “aspirações comuns para o futuro e partilha da prosperidade”. Devemos, daqui para a frente, encarar o futuro e manter a actual situação favorável de desenvolvimento sustentável de Macau, a fim de criar uma sociedade mais aberta e progressista, reformadora, inovadora, de concorrência efectivamente a capacidade integrada da competitividade de Macau. Torna-se necessário elevar a qualidade de vida para que todos os residentes de Macau possam partilhar efectiva e justamente os frutos do desenvolvimento económico e da prosperidade social. Só assim será possível levar Macau a uma nova etapa do progresso social e abrir uma nova página nos anais do desenvolvimento.

O cumprimento rigoroso da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China constitui um pré-requisito essencial para a realização das “aspirações comuns para o futuro

e partilha da prosperidade”. Macau é membro da grande “família” da Pátria. As experiências colhidas do desenvolvimento deste quinze anos, desde o regresso de Macau à Pátria, demonstram que os sucessos obtidos em Macau, são indissociáveis do indispensável apoio do Governo Central e do povo de todo o País. Inúmeros factos comprovam que, se a Pátria for bem sucedida, Macau também o será, pois um futuro brilhante para Macau está intimamente associado à realização do grande sonho da China – o renascimento da Nação Chinesa. Nos próximos cinco anos, os laços entre Macau e a Pátria serão ainda mais estreitados. Estou profundamente convicto que Macau poderá aproveitar as boas oportunidades de reforma total e profunda da Pátria, desenvolver plenamente a posição privilegiada do seu sistema social, unir a força e a sabedoria dos residentes de Macau, superar as dificuldades que surgirem e abrir novos caminhos para manter permanentemente, a prosperidade e a estabilidade conseguidas. Além de tirar proveito do novo desenvolvimento do interior da Pátria, Macau também poderá integrar o seu próprio desenvolvimento no quadro nacional, reforçar activamente a cooperação com o Interior da China, especialmente com a Província de Guangdong, procurando obter benefícios recíprocos, promover o desenvolvimento sustentável de Macau, através da cooperação regional, contribuindo assim, para a prosperidade e o fortalecimento da Pátria.

Com base no prudente balanço da experiência acumulada e na análise da situação actual, tomei a decisão de me candidatar ao cargo de quarto Chefe do Executivo da RAEM, de acordo com a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo. Estou disponível para encarar mais uma vez a escolha dos cidadãos de Macau e assumir maiores responsabilidades.

O cumprimento total da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e da política “Um País, dois sistemas” constitui o princípio fundamental do meu programa político eleitoral, para concretizar a ideia de governação “servir melhor os cidadãos” e da “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”. Em harmonia com as estratégias de desenvolvimento do País, devemos tomar precauções em tempos pacíficos, mas também temos que ser pragmáticos e proactivos, a fim de promover o desenvolvimento equilibrado da economia e da sociedade de Macau. O programa político eleitoral está

dividido em quatro partes: I. Ambiente habitável; II. Desenvolvimento; III. Solidariedade social; IV. Melhor governação.

Esta programa político eleitoral demonstra a decisão de avançar para uma nova era a partir de um novo ponto de partida e a aspiração pelo desenvolvimento sustentável e pela partilha dos bons resultados do desenvolvimento. A primeira parte deste programa, “Ambiente habitável”, demonstra a determinação em construir uma cidade habitável, em aprofundar a construção humanista e em realizar o objetivo estratégico de governar e desenvolver Macau em prol do povo. A segunda parte, intitulada “Desenvolvimento”, apresenta um novo ponto de partida para o desenvolvimento e uma nova estratégia definida na base na constituição de Macau como “um centro” e “uma plataforma”, através dos quais, desenvolvimentos activamente a cooperação regional, para realizarmos o desenvolvimento de uma adequada diversificação económica. Será este o rumo do futuro desenvolvimento económico e social de todos os sectores de Macau. Sob o título “Solidariedade social”, na terceira parte são apresentadas, com sinceridade, importantes orientações estratégicas para as áreas do emprego, do sistema de segurança social, da formação de talentos, da educação e juventude, da saúde e do desporto, a fim de elevar substancialmente o nível de vida geral da população, compartilhando os bons resultados do desenvolvimento. A quarta parte, cujo tópico é “Melhor governação”, frisa a reforma do sistema de governação e o melhoramento dos mecanismos e canais de comunicação entre o Governo, os grupos sociais e os residentes de Macau, correspondendo às necessidades do desenvolvimento económico e social de Macau, que constituem uma das premissas importantes de uma governação otimizada. Nesta vertente, a reorganização da estrutura da administração pública e a redefinição das funções dos serviços públicos assumem a maior importância e dependem de decisões importantes e esforços redobrados.

Numa palavra, o meu programa político eleitoral demonstra um rumo de “aspirações comuns para o futuro”, em busca de avanços positivos, em conjunto e com a participação activa de todos os elementos da sociedade de Macau, de aliar o melhor planeamento às melhores práticas e de executar as reformas necessárias numa perspectiva de inovação constante. Gostaria de apresentar, seguidamente, parte por parte, o meu programa político eleitoral, para apreciação de todos os membros da Comissão Eleitoral e de todos os cidadãos de Macau.

RUMO DAS ASPIRAÇÕES COMUNS PARA O FUTURO

I. AMBIENTE HABITÁVEL

Os residentes de Macau depositam em nós, a sua esperança de uma vida feliz num ambiente habitável. Durante quinze anos, desde o regresso de Macau à Pátria, essa esperança cada vez mais forte, reflecte não só, o desejo de viverem em boas condições de habitabilidade e trabalharem com alegria, mas também de usufruírem de um ambiente ecológico optimizado. Os residentes anseiam por um ambiente favorável ao crescimento saudável das próximas gerações e o Governo da RAEM tem como obrigação inalienável, acelerar o ritmo da construção de uma cidade habitável para a concretização dessas esperanças.

Estamos cientes de que existem ainda muitas insuficiências e dificuldades nas questões relativas ao nível de vida geral, tais como a habitação, o transporte e a protecção ambiental. Não iremos ocultar ou evitar estes problemas, queremos outrossim transformá-los em motivação para o progresso. Se eu for eleito, darei prioridade a essas grandes questões relativas ao nível de vida da população.

1. Criar boas condições de habitabilidade e de trabalho

Criar boas condições de habitabilidade e de trabalho – esperança dos cidadãos de Macau – é um dos vectores importantes das políticas de habitação do Governo da RAEM. A futura política de habitação de Macau será norteada por dois pontos-chave: o primeiro visa assegurar aos cidadãos, a garantia básica de habitação através do sistema da habitação pública; o segundo consiste em aproveitar os mecanismos de mercado para satisfazer as necessidades de habitação das diversas camadas sociais. Como importante elo de governação, as políticas de habitação dependem de uma coordenação integrada das políticas de recursos prediais, do planeamento urbano, da política demográfica e de outras políticas públicas.

Se eu for eleito, fomentarei, com base nos trabalhos já realizados, o desenvolvimento das políticas de habitação pública em três aspectos: oferta constante, revisão de classificação e racionalização de funções.

Relativamente à “oferta constante”, o Governo da RAEM pretende reajustar o plano da Zona A dos novos aterros, de modo a disponibilizar 32 000 apartamentos, dos quais 28 000 para habitação pública, de modo a satisfazer as necessidades de habitação dos cidadãos. De acordo com esta meta já definida, as áreas da ilha fronteiriça artificial da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau na Zona A dos novos aterros, das partes circundantes do Reservatório de Água e do Cais do Porto Exterior, deverão ser objeto de uma avaliação e projecção integradas. As questões respeitantes aos transportes públicos e às infraestruturas complementares ao serviço das futuras comunidades dessa área, deverão ser analisadas, em profundidade, através de uma ampla discussão pública, com o objetivo de otimizar o espaço de utilização e melhorar as condições de habitabilidade. Além disso, deveremos criar condições adequadas para melhorar o ambiente de comércio das PMEs.

Vamos concretizar, com ideias inteiramente novas e imbuídos de um espírito de trabalho árduo, todos os planos e todas as tarefas a definir, designadamente projectos urbanísticos, execução das obras de habitação pública e os respectivos trabalhos de conclusão e vistoria. Será preciso reforçar a colaboração e a supervisão das diferentes fases, através de uma gestão científica, a fim de concluir a maior parte das infraestruturas da Zona A dos novos aterros, até ao ano de 2019 e uma parte da construção da habitação pública antes de 2020, em função do andamento da execução das obras.

Em coordenação com a definição final do planeamento da Zona A dos novos aterros, iremos analisar e rever totalmente os planos das respectivas Zonas B, C, D e E, no sentido de projectar de forma ponderada, as suas funções urbanísticas e alocar os terrenos necessários ao desenvolvimento a longo prazo da habitação pública, e à promoção de uma adequada diversificação económica.

Estamos empenhados em aumentar a reserva de terrenos para impulsionar o seu aproveitamento racional e estabelecer um regime de reserva de terrenos cientificamente sustentado. É necessário proceder ao levantamento exaustivo dos recursos prediais existentes, de modo a determinar quais os terrenos disponíveis e adequados à habitação pública, tomando para efeito, as medidas necessárias.

Fomentaremos o reordenamento dos bairros antigos orientado pelo princípio da renovação urbana e paralelamente no que respeita ao

planeamento urbanístico, promoveremos a classificação de terrenos e a elaboração sistemática de normas e critérios, reforçando o sistema legal, a fim de equilibrar a oferta e a reserva de terrenos para a habitação e para a diversificação industrial.

Na sequência de uma consulta ampla dos diversos sectores sociais quanto à “revisão da classificação”, analisaremos e ajustaremos a definição actual de bairros sociais e de habitação económica e pretendemos equacionar novos modelos de habitação pública.

Quanto à “racionalização de funções”, iremos ajustar as atribuições e as funções do Instituto de Habitação e das entidades com atribuições na área da construção da habitação pública, a fim de otimizar os trabalhos relacionados com a mesma. Aplicaremos efetivamente as políticas de habitação pública já definidas e optimizaremos a utilização dos recursos da Administração Pública, elevando a eficiência de execução. Reforçaremos a gestão da habitação pública, criando um mecanismo para a saída das famílias não carenciadas dos bairros sociais, a fim de assegurar o uso razoável dos recursos públicos.

No que diz respeito ao mercado de habitação privada, torna-se necessário adoptar medidas adequadas ao desenvolvimento saudável deste mercado imobiliário. O Governo da RAEM utilizará meios administrativos eficazes para estimular o desenvolvimento de obras por parte dos proprietários privados, no sentido de aumentar a oferta de fracções habitacionais. Vamos analisar também, a reforma dos procedimentos administrativos para aprovação de projectos de construção, a fim de acelerar, de forma ordenada, o seu ritmo e de modo a acompanhar o desenvolvimento económico e social. Em caso de ocorrência de uma agitação anormal no mercado imobiliário, o Governo da RAEM procurará adoptar em tempo oportuno, as medidas necessárias para controlar adequadamente a situação, a fim de estabilizar o mercado.

2. Aperfeiçoar o sistema de trânsito da cidade

O trânsito é um elemento-chave para a construção de uma cidade habitável e tem influência directa na construção de Macau como um centro mundial de turismo e lazer. Nos próximos cinco anos, para melhorar o trânsito, prestaremos a maior atenção à elaboração de um sistema integrado de trânsito, no sentido de concertar o macro-controlo de veículos

com o melhoramento de software e hardware de transportes, a fim de encontrar uma solução integrada.

Torna-se necessário implementar uma política de prioridade de transportes públicos e melhorar o modelo de funcionamento de autocarros públicos, bem como introduzir em grande escala, autocarros públicos movidos a gás natural. Aceleraremos o ritmo da construção do Metro Ligeiro, de forma a promover o acesso facilitado entre os principais pontos turísticos, os focos de maior trânsito e os postos fronteiriços. Iremos resolver eficazmente, os problemas de congestionamento de trânsito e de conflito entre peões e veículos, através do controlo das obras rodoviárias e da educação para a segurança. Procuraremos melhorar constantemente, o funcionamento e a eficácia dos actuais centros de controlo e informações rodoviárias e fiscalizar melhor, as obras de arruamento.

Iremos controlar activamente as frotas e os percursos dos autocarros ao serviço dos operadores de jogo, a fim de minimizar a intensidade do trânsito nas estradas. Além disso, iremos reforçar a supervisão e o controlo dos táxis, estudar a emissão de licenças para táxis especiais, e, em tempo oportuno, iremos actualizar o número de táxis, de acordo com a situação concreta.

Estimularemos “deslocações ecológicas”, acelerando a construção de um “sistema pedonal automático”. Criaremos redes de ciclovias em zonas onde existam condições favoráveis para proporcionar este modelo de transporte fácil e prático. Optimizaremos as instalações e equipamentos de software e de hardware no aeroporto e nos cais, promovendo o aperfeiçoamento integral dos serviços de transportes terrestre, aéreo e marítimo. Além disso, realizaremos estudo de viabilidade sobre a construção de uma quarta passagem entre Macau e a Taipa, proporcionando assim, aos cidadãos e turistas, melhores acessos e serviços de transportes públicos.

3. Reforçar a protecção ambiental

A protecção ambiente é uma questão que preocupa os cidadãos e afecta directamente o bem-estar das futuras gerações e as condições de habitabilidade. Daí decorre que a protecção ambiental seja requisito necessário à construção de Macau como uma casa para todos. Se eu for eleito, vou cumprir firmemente, o Protocolo de Quioto, aplicável a Macau, em articulação com a estratégia nacional para a protecção ambiental

e de acordo com as metas definidas pelo Estado, para reduzir as emissões de dióxido de carbono. Na área da protecção ambiental, aceleraremos a elaboração da legislação pertinente, reforçaremos a educação para a protecção ambiental, concretizaremos acções de protecção ambiental, aprofundaremos a cooperação regional nesta área, reforçaremos o tratamento da poluição atmosférica, optimizaremos a construção ambiental, estimularemos a poupança de água e de electricidade, para deste modo, construir uma cidade habitável e garantir a saúde e a qualidade do nível de vida da população.

Iremos igualmente, reforçar a coordenação e a consciência dos diversos departamentos governamentais quanto ao cumprimento das políticas de protecção ambiental e controlaremos as fontes de poluição regulamentando veículos, combustíveis, vias públicas e trânsito. Os carros eléctricos apresentam vantagens especiais e vão de encontro às necessidades actuais, pelo que poderemos dar início ao respectivo estudo e planeamento. Vamos proceder à revisão do nível das emissões e descargas da Central de Incineração de Macau e da Estação de Tratamento de Águas Residuais, para elevar adequadamente os padrões ambientais e optimizar constantemente, as respectivas potencialidades. Fomentaremos as “obras verdes” através de introdução dos respectivos requisitos e do sistema de classificação nos concursos de obras públicas.

4. Promover a cultura sino-ocidental e a construção humanista

A cultura é um importante factor de competitividade urbana. A fusão das culturas chinesa e ocidental, com as características específicas de Macau, continuará a ser uma das forças motrizes do desenvolvimento económico e social e contribuirá para o aprofundamento do desenvolvimento das indústrias culturais e criativas de Macau, para a diversificação adequada da indústria do turismo e para a projecção da imagem de marca da cidade na arena internacional. Se eu for eleito, continuaremos a consolidar e a desenvolver as características singulares de Macau como ponto de encontro das culturas chinesa e ocidental e daremos a maior atenção ao equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a conservação do património cultural, em especial o património cultural imóvel de Macau, bem como ao reforço da edificação da cultural local. Iremos melhorar os espaços culturais e as suas instalações de software e hardware, incentivar os

talentos culturais, promover as artes criativas e enriquecer a vida cultural dos residentes. Iremos empenhar-nos na protecção do Centro Histórico de Macau, de modo a enriquecer e a revitalizar o património cultural.

“Amar a Pátria, amar Macau” é um valor fundamental por todos reconhecido, um ideal que garante uma sociedade harmoniosa e estável, a base de ponderação para alcançar consensos e chegar a uma sociedade solidária e é um alicerce da que sustenta a missão de construção de uma sociedade multicultural. Defendemos as virtudes da diligência, das práticas afectuosas de respeito pelos mais velhos e de cuidados pelos mais novos e a reciprocidade da afeição e da compreensão, e iremos esforçar-nos por promover vigorosamente, a nossa herança cultural.

A fusão das culturas chinesa e ocidental e a coexistência de diversas culturas constituem importantes características do panorama cultural de Macau. Esta cultura singular e encantadora distingue Macau do resto do mundo e a sua protecção reflecte o respeito e o reconhecimento das vicissitudes históricas e da civilização construída ao longo de séculos. Devemos desenvolver plenamente as vantagens do multiculturalismo e construir uma ponte com os países lusófonos e a comunidade internacional. Ao longo de muitos anos, os macaenses e os portugueses residentes em Macau, têm vindo a desempenhar um papel significativo na promoção do intercâmbio cultural entre a China e o estrangeiro e na construção de Macau. Iremos continuar a promover o espírito de respeito, tolerância e racionalidade, com vista a aprofundar a construção humanista e estabelecer conjuntamente, a harmonia entre os povos.

5. Manter a estabilidade da ordem social e reforçar a segurança pública

Criaremos continuamente, um sistema integrado de prevenção e combate ao crime, reforçaremos as forças policiais com meios científicos e tecnológicos, fortaleceremos rigorosamente a disciplina da polícia, a fim de formar uma equipa policial qualificada e disciplinada. Estreitaremos a cooperação entre a polícia e os cidadãos na divulgação e no cumprimento das leis, na prevenção criminal e no combate ao crime, especialmente ao terrorismo e aos crimes ligados à droga, para salvaguardar a ordem social e a segurança pública. É necessária aumentar a sensibilização e a capacidade de resposta a situações de crise, bem como otimizar o mecanismo

de articulação interdepartamental em caso de crise; acompanharemos atentamente as questões de segurança dos cidadãos, a fim de neutralizar atempadamente eventuais riscos.

II. DESENVOLVIMENTO

O Governo da RAEM deve atribuir grande importância ao desenvolvimento, que representa o objetivo comum de todos os países. A diversificação económica está estreitamente associada à globalização económica, às tecnologias informáticas e às indústrias do conhecimento. A diversificação adequada da economia é uma opção inevitável para o desenvolvimento saudável da sociedade e da economia, constituindo uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento de Macau. Sendo Macau um mercado reduzido, a sua adequada diversificação consiste, nos tempos que correm, na extensão da rede das indústrias privilegiadas e na promoção do desenvolvimento conjunto da indústria do jogo e de outras indústrias conexas. As indústrias emergentes devem constituir um complemento ou expansão das indústrias privilegiadas existentes, de modo a desenvolverem plenamente, as vantagens competitivas que possuem e conferirem um novo impulso para o desenvolvimento económico de longo prazo, com base na manutenção da sua competitividade internacional. O Governo da RAEM pretende dar a maior relevância a este ponto.

Se eu for eleito, e na perspectiva da estabilidade e da prosperidade a longo prazo da RAEM, pretendo aproveitar a tendência de desenvolvimento desta nova Era, esforçando-me por promover a diversificação adequada da economia, acelerar o reajustamento da estrutura industrial, criando novos pólos de crescimento económico, alargando os contactos internacionais e aprofundando a cooperação regional, orientando-me pelo princípio de governação, para “desenvolver a economia e aperfeiçoar a vida da população.

1. Desenvolver projectos turísticos integrados e acelerar a construção de “um centro”

A construção de “um centro mundial de turismo e lazer” é o alvo principal do futuro desenvolvimento de Macau, e, numa perspectiva geral, tem um significado estratégico crucial na implementação de “um País, dois sistemas”, além de melhorar a qualidade de vida e aumentar o bem-

-estar da população. Se eu for eleito, promoverei plenamente a construção de um centro mundial de turismo e lazer. Para o efeito, será criada uma “comissão do centro mundial de turismo e lazer”, presidida pelo Chefe de desenvolvimento e definir os respectivos planos de médio e longo prazo e as medidas concretas a adoptar, a fim de acelerar e concluir a construção desse centro, o mais brevemente possível.

Nos próximos cinco anos, prevê-se que estejam concluídos e entrem em funcionamento, uma série de projectos integrados na área do lazer. Os projectos integrados de turismo nos sectores de convenções e exposições, de criatividade cultural, de restauração e de comércio a retalho, serão desenvolvidos ao abrigo das políticas de terrenos e de recursos humanos. Macau poderá vir a conhecer um novo impulso no crescimento do turismo integrado. O Governo da RAEM irá promover vigorosamente o aumento de serviços turísticos sem componente de jogo, melhorar a eficácia global do turismo regional e desenvolver solidamente o turismo integrado. O Governo da RAEM deve empenhar-se em fomentar a diversificação do mercado, da origem dos turistas e da oferta de produtos turísticos, e deve ainda, promover a integração da indústria turística com as indústrias criativas e culturais e com a indústria de convenções e exposições, com vista a um desenvolvimento interactivo dessas indústrias.

Teremos, por outro lado, de concretizar a integração, numa só plataforma, das três redes de telecomunicações, radiodifusão e internet, a fim de promover a confluência de diferentes meios de comunicações social. É imperativo reforçar a gestão das comunicações da RAEM e melhorar a qualidade e a segurança deste serviço.

2. Reajustar e controlar a dimensão da indústria do jogo e reforçar a sua fiscalização

A agenda futura do Governo da RAEM, na área económica, consiste em reajustar e controlar efetivamente o ritmo de desenvolvimento da indústria do jogo, em projectar cientificamente a dimensão e a orientação do seu desenvolvimento e em otimizar as suas qualidades intrínsecas, evitando o excesso da sua procura e do seu crescimento, promovendo o desenvolvimento ordenado da indústria do jogo.

Em 2015 e 2016, o Governo da REAM irá rever a execução dos contratos de concessão para exploração de jogos de fortuna ou azar. Ire-

mos analisar e compilar não apenas os bons resultados obtidos desde a liberalização da indústria do jogo, mas também as questões e as deficiências existentes. Aperfeiçoaremos as medidas de melhoria da indústria do jogo e reveremos a execução das contrapartidas sem componente de jogo no cumprimento dos contratos de concessão. Exploraremos todas as opções e planearemos o seu blueprint de médio e longo prazo, no sentido de construir um centro mundial de turismo e lazer, aumentar o nível de educação geral dos trabalhadores da indústria do jogo e oferecer oportunidades de formação académica superior ou de reciclagem, destinadas especialmente, aos trabalhadores locais da indústria do jogo que não tenham concluído o ensino superior. Por fim, aceleraremos a criação do sistema de licenciamento dos trabalhadores da indústria do jogo, promovendo a respectiva certificação profissional nas áreas dos jogos de fortuna ou azar e de outras indústrias conexas.

Iremos aperfeiçoar as leis e os regulamentos relativos à indústria do jogo, reforçar a respectiva supervisão e controlo, regulamentar a atividade das operadoras do jogo, promover continuamente o jogo responsável, estudar as regras para definir as responsabilidades sociais e as respectivas normas de conduta que devem ser assumidas e cumpridas pelas empresas da indústria do jogo, designadamente no que se refere à aquisição preferencial dos produtos concebidos e feitos em Macau, apoiando-se assim, o desenvolvimento das indústrias locais. Iremos igualmente, estudar e promover as responsabilidades das empresas da indústria do jogo e das grandes empresas em relação ao alojamento e transporte dos trabalhadores não residentes.

3. Apoiar indústrias emergentes e divulgar marcas de Macau

Se for eleito, continuarei a dar a maior atenção ao fomento da indústria de convenções e exposições, das indústrias culturais e criativas, da indústria farmacêutica e da medicina tradicional chinesa. A par da actual tendência da evolução da protecção ambiental, pretendo fomentar a criação de uma indústria de protecção ambiental, vocacionada principalmente para a prestação de serviços. Além de continuar a apoiar essas indústrias, com recursos e políticas que as protejam, daremos ênfase à promoção das indústrias que aumentem a sua competitividade e que

creçam num mercado concorrencial. Iremos ajudar a indústria de Macau a redefinir o seu rumo de desenvolvimento e apoiar a criação de marcas de produtos locais como tendo sido “concebidos e feitos em Macau”, e criaremos um mecanismo de preferência dos produtos locais nas adjudicações públicas, de modo a expandir os canais de venda dos fabricantes.

4. Reservar espaços urbanos para desenvolvimento das pequenas e médias empresas

As PME's constituem parte significativa da economia de Macau, garantindo a diversificação de emprego dos residentes locais e representando elementos impulsionadores para a diversificação adequada da economia de Macau. Cabe ao Governo de RAEM, a responsabilidade de apoiar as PME's a promover o seu desenvolvimento, modernização e expansão no mercado regional.

Se eu for eleito, a partir do desenvolvimento das grandes empresas, iremos aprofundar o estudo relativo à criação de espaços de desenvolvimento para as PME's, construindo um cenário de desenvolvimento conjunto das grandes empresas e das PME's. Devemos otimizar constantemente, o plano de apoio às PME's, apoiando-as na redução de custos operacionais, na criação de um ambiente de negócios mais favorável, na utilização plena das oportunidades de renovação urbana se Macau, com vista a preservar as características comerciais das ruelas e lojas situadas no Centro Histórico de Macau, preservando os ambientes que têm sustentado o desenvolvimento do comércio tradicional e criando uma atmosfera cultural e comercial nos bairros antigos, revitalizando assim, o ambiente de negócios.

Para o futuro plano dos novos aterros, tomaremos em consideração as necessidades reais do desenvolvimento das PME's e afectar-lhes-emos mais espaços urbanos. Além disso, iremos ponderar a criação de um “fundo de manutenção dos edifícios industriais” e estudar o estabelecimento de um sistema de seguro de crédito para importação e exportação, bem como para trânsito de mercadorias, proporcionando assim, às PME's, garantias para os negócios de importação, exportação e trânsito de mercadorias e reduzindo o risco dos negócios empresariais.

5. Criar um fundo de investimento e desenvolvimento desenvolvimento da RAEM e estabelecer um mecanismo de alocação financeira de longo prazo

A criação de fundos de investimento e desenvolvimento tem-se revelado como uma tendência capital na arena internacional e também o será em Macau, com vista à optimização do aproveitamento das reservas financeiras no desenvolvimento económico. Nos próximos cinco anos, com base na consolidação e melhoramento do sistema de reserva financeira existente e no reforço da gestão de investimento das reservas financeiras, iremos empenhar-nos no estudo e criação de um fundo de investimento e desenvolvimento da RAEM, visando utilizar, de forma segura e eficaz, as reservas financeiras acumuladas ao longo dos anos.

Iremos estudar a viabilidade de criação de um mecanismo de alocação de excedentes financeiros de longo prazo. Com base no sistema actual, que rege as reservas financeiras, será estudado um mecanismo que defina o limite máximo de reservas excedentárias. Desta forma, os excedentes financeiros, para além de satisfazerem anualmente as reservas básicas e as reservas excedentárias nos termos legais, poderão ser alocados, dentro de determinada percentagem e em função das necessidades reais, para garantir que o sistema de segurança social seja suportado por abundantes excedentes financeiros, a fim de manter a estabilidade social e a confiança da população.

Estamos plenamente cientes da complexidade da conjuntura financeira internacional, pelo que reforçaremos a supervisão financeira de Macau a fim de minimizar os riscos e garantir a segurança do sistema financeiro Macau.

6. Estabelecer a plataforma sino-lusófona e melhorar os resultados da cooperação regional

O aproveitamento das oportunidades que decorrem para Macau do desenvolvimento nacional e a rentabilização dos resultados da cooperação regional constituem uma importante força motriz do desenvolvimento sustentável de Macau. Nos próximos cinco anos, iremos promover, firme e eficazmente, o intercâmbio com o exterior e a cooperação regional, implementando uma política do win-win, com base nos princípios de benefício recíproco, desenvolvimento comum e prosperidade partilhada.

Iremos também aproveitar melhor as oportunidades proporcionadas pela Pátria e integrar-nos activamente no desenvolvimento do Interior da China, bem como melhorar a eficácia da implementação do acordo CEPA e dos respectivos acordos suplementares.

Procuraremos aprofundar a cooperação e o intercâmbio com os países lusófonos e outros países latinos, para continuar a reforçar contactos com a comunidade internacional e expandir os êxitos da cooperação. Iremos também continuar a desempenhar o papel de ponte entre o Interior da China e os países lusófonos, a estabelecer a plataforma de serviços de cooperação comercial entre a China e os países lusófonos e a criar novos pólos de crescimento económico para Macau.

Prestaremos atenção redobrada ao progresso da cooperação Guangdong-Macau e reforçaremos a escala de cooperação regional entre ambas as partes em prol do desenvolvimento económico e da melhoria do bem-estar. Pretendemos rentabilizar os resultados da cooperação na área dos serviços sociais públicos Guangdong-Macau e melhorar o bem-estar dos residentes de Macau. Iremos ainda, concretizar com firmeza, os objectivos da cooperação previstos no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau para os anos de 2015 e de 2020, com vista à promoção de uma nova etapa na cooperação Guangdong-Macau e na perspectiva de alcançar resultados faseados na construção das plataformas de Hengqin, Nansha e Cuiheng de Zhongshan. Focar-nos-emos na coordenação e planeamento regionais para alcançar a diversificação das indústrias, o alargamento do espaço de desenvolvimento de Macau e a promoção de benefícios mútuos para Macau e para a Província de Guangdong. Faremos todos os possíveis para obter o apoio necessário do País para o aperfeiçoamento do modelo de circulação transfronteiriça, para deste modo, melhorar a sua eficiência, aliviar a pressão existente e promover facilidades alfandegárias, a fim de construir um nova etapa na cooperação entre Guangdong e Macau e concretizar o funcionamento dos postos fronteiriços durante 24 horas por dia.

Continuaremos a aprofundar a cooperação com o Interior da China, nomeadamente a cooperação Fujian-Macau, Pequim-Macau e o Grande Delta do Rio das Pérolas, bem como a melhorar os mecanismos de comunicação Hong Kong-Macau e a actividade da Delegação Económica e Cultural de Macau em Taiwan.

III. SOLIDARIEDADE SOCIAL

A melhoria da qualidade de vida constitui não só, uma aspiração de todos os residentes de Macau, mas também uma prioridade do Governo da RAEM. No seu terceiro mandato, o Governo da RAEM desenvolveu várias iniciativas no sentido de “desenvolver a economia e aperfeiçoar a vida da população”, tendo alcançado resultados assinaláveis em termos do crescimento económico e da melhoria da qualidade de vida. Continuaremos a esforçar-nos para obter mais e melhores resultados.

Se eu for eleito, a melhoria da qualidade de vida da população continuará a ser uma prioridade governativa. Serão adoptadas medidas pro-activas para enfrentar o impacto da inflação, através de uma análise aprofundada das suas causas e da elaboração de estratégias específicas, a fim de aliviar os efeitos negativos na vida dos cidadãos. Garantirei o direito ao emprego dos residentes locais, nos termos da lei, promoverei a progressão profissional dos trabalhadores, prestarei especial atenção à tendência de envelhecimento da sociedade, reforçarei o apoio aos grupos mais vulneráveis e melhorarei os cuidados de saúde para a população. Com base nos resultados já alcançados, empenhar-me-ei na concretização do objectivo de uma distribuição justa, racional e regulamentada da riqueza, através do estabelecimento de um mecanismo de longo prazo que permita a distribuição gradual dos saldos dos exercícios anteriores da RAEM.

1. Garantir o direito ao emprego e promover a progressão na carreira profissional

Garantir o direito ao emprego dos residentes é uma das prioridades da governação. Nos próximos cinco anos e com a manutenção da estabilidade do crescimento económico, continuaremos a assegurar como prioridades, o acesso dos residentes locais ao emprego e o pleno emprego, promoveremos de forma gradual o processo legislativo do salário mínimo generalizado e melhoraremos o rendimento dos trabalhadores de base. Continuaremos a apoiar as famílias economicamente carenciadas e as pessoas de baixos rendimentos, promovendo o emprego e, assim, a pobreza erradicar e empenhar-nos-emos na promoção da progressão dos residentes locais, sobretudo dos trabalhadores de base, por forma a criar uma situação de emprego mais justa e segura para a população local.

Se eu for eleito, persistirei, durante o meu mandato, na política de não autorização da importação de trabalhadores não residentes para posições de croupier. Será criado um mecanismo de fiscalização da progressão dos trabalhadores locais, através da comunicação entre os serviços competentes e as concessionárias do jogo e empresas de grande dimensão, designadamente no que se refere ao rácio de residentes locais em cargos de médio e alto nível.

2. Apoiar os grupos mais vulneráveis e melhorar o bem-estar social

Nos próximos cinco anos, concluiremos o regime da segurança social de dois níveis e aperfeiçoaremos a rede básica da segurança social dos cidadãos da RAEM. A fim de garantir o funcionamento sustentável do Fundo de Segurança Social, será ponderada a criação de um mecanismo de financiamento que estabeleça a acoplagem entre aquele e os saldos de exercício.

Disponibilizaremos mais recursos e apoios para acelerar a construção de equipamentos sociais e prestaremos a maior atenção aos grupos mais vulneráveis. Aumentaremos o apoio financeiro às famílias economicamente carenciadas, protegeremos os idosos através do aumento do pessoal de enfermagem nos cuidados comunitários, alargaremos os cuidados domiciliários e reforçaremos a prevenção precoce da demência, ponderaremos a criação de um regime de protecção a longo prazo, das pessoas portadoras de deficiência, para que possam usufruir de mais garantias sociais, alargaremos o leque de serviços hospitalares e construiremos mais centros de reabilitação, a fim de promover a reabilitação e a integração social.

Dedicar-nos-emos à concepção e implementação do plano de desenvolvimento decenal do sistema de protecção na terceira idade e dos serviços de reabilitação; aperfeiçoaremos as políticas que favoreçam as famílias e solucionaremos a insuficiência de vagas nas creches; criaremos, com a brevidade possível, um mecanismo de planeamento e de avaliação da procura de recursos humanos nos serviços sociais, concluiremos a certificação profissional dos trabalhadores da área social, reforçando a formação e aumentando a capacidade global dos serviços sociais; reestruturaremos e optimizaremos os programas de apoio social e de segurança social, de forma a promover a utilização diligente dos recursos sociais a potenciar a

sua eficiência e a distribuir de forma mais justa, os frutos do crescimento económico.

3. Formar talentos multifacetados e construir Macau através da formação de talentos

A formação de talentos constitui um projecto sistemático que terá de contar com os esforços conjuntos do Governo, dos diversos sectores profissionais e de toda a sociedade. Teremos de implementar políticas e medidas de formação de talentos a curto, médio e longo prazo, articulando-as com a diversificação adequada da economia e também de estabelecer e melhorar gradualmente, um mecanismo permanente de formação de talentos. Empenhar-nos-emos na formação de talentos políticos, na preparação de profissionais e técnicos nas diversas áreas e de talentos multifacetados, oferecendo aos residentes de Macau, oportunidades de aperfeiçoamento e de promoção social, reforçando a sua competitividade e autoconfiança, estabelecendo desta forma, alicerces sólidos para a concretização de “Macau governado pelas suas gentes”, com alto grau de autonomia, assegurando a transmissão inter-geracional do ideal amar a Pátria, amar Macau.

Devemos fomentar, a partir da situação actual, a interacção entre a educação e o mecanismo permanente de formação de talentos, preconizando o papel da educação como base da formação de talentos, desenvolvendo a diversidade da educação e da formação profissional. Iremos avaliar a procura e a oferta de talentos, verificados em diferentes fases e nas diversas indústrias para planearmos as estratégias de formação de talentos a longo prazo.

Procuraremos concretizar em todos os sectores, o programa de formação de elites, devendo ainda, ser estabelecido um mecanismo permanente de formação sistemática e orientada de talentos, com a finalidade de construir um banco de talentos de acordo com o modelo echelon. Iremos promover vigorosamente, o programa de estímulo para quadros qualificados e especializados, nos termos do qual se estabeleça um sistema de certificação profissional nas diversas áreas, um sistema de teste vocacional e um sistema de selecção pessoal, e por outro lado, procuraremos incentivar um maior número de profissionais a obter certificados internacionais, contribuindo assim, para a sua promoção profissional e para o desenvolvimento dos respetivos sectores.

Aceleraremos a criação de diversos mecanismos de incentivo aos quadros técnico-profissionais e procuraremos reestruturar as actuais instituições de educação contínua e de formação profissional, optimizando assim, a finalidade destas instituições e promovendo a formação qualificada de técnicos e profissionais. Diligenciaremos no sentido de aperfeiçoar o nosso reservatório de talentos, promover o reconhecimento social dos talentos profissionais, promover o seu crescimento através da competitividade, incentivar o regresso de talentos a Macau e aumentar a oferta de talentos locais, tudo para que estes desenvolvam plenamente, as suas potencialidades.

4. Concretizar a construção de Macau através da formação de talentos e promover o desenvolvimento dos jovens

Nos próximos cinco anos, continuaremos a aumentar a afectação de recursos para a educação e consequentemente aumentar, no decorrer do próximo mandato, a sua percentagem no orçamento, bem como promover o desenvolvimento do sistema de ensino e a internacionalização dos respectivos regimes e políticas. O regime de escolaridade gratuita de 15 anos será aperfeiçoado, aplicando-se globalmente o plano de desenvolvimento decenal do ensino não superior. Envidaremos mais esforços para desenvolver o ensino técnico-profissional e a formação contínua em áreas essenciais à diversificação adequada da economia, elaborando o respectivo plano de desenvolvimento; continuaremos a aperfeiçoar a educação especial, garantindo efectivamente, a igualdade de acesso ao ensino. Ao mesmo tempo, reforçaremos a divulgação e o ensino da ciência e da tecnologia, de forma a melhorar a qualificação dos cidadãos. Prosseguiremos a promoção do desenvolvimento do ensino superior, acelerando a elaboração e a aplicação do plano de desenvolvimento a longo prazo, do ensino superior e aperfeiçoando as respectivas leis e regulamentos, a fim de optimizar as funções das instituições de ensino superior, nomeadamente o ensino, a investigação científica e o serviço à comunidade.

Os jovens são o futuro de Macau. Por isso, o Governo da RAEM presta a maior atenção a esta área e está empenhado no seu desenvolvimento. Se eu for eleito, continuarei a pôr em prática, as políticas de juventude, e através de criação de mecanismos de ensino formação de talentos de longo prazo, será estabelecida uma plataforma para o desen-

volvimento dos jovens e um ambiente social favorável que lhes permita distinguirem-se nos mais diversos sectores da sociedade; procurarei ainda ajudá-los, de forma activa, a enfrentar e solucionar as dificuldades na criação dos próprios negócios. Reforçarei a comunicação e o diálogo com os jovens, encorajando a sua capacidade de crítica construtiva e bom senso. Continuarei a aperfeiçoar os mecanismos de apoio ao desenvolvimento dos jovens, diversificando os serviços e promovendo a sinergia entre a família, a escola e a sociedade, a fim de criarmos, em conjunto, um ambiente justo e saudável para o crescimento dos jovens. Além disso, empenhar-me-ei na formação, para a RAEM, de uma geração de jovens independentes, competitivos e criativos, que amam a Pátria e Macau.

5. Aperfeiçoar o sistema de saúde e desenvolver o desporto

Nos próximo cinco anos, guiado pelo princípio de que um tratamento eficaz, privilegia necessariamente a prevenção, aceleraremos a concretização do “Projecto de Melhoramento das Infraestruturas do Sistema de Saúde”, a construção do complexo hospitalar das Ilhas será concluída, e será posto em prática, o plano de formação do pessoal médico e de enfermagem. Ponderaremos a criação de uma base de formação específica de médicos e enfermeiros e organizações de investigação médica, através da cooperação regional, a fim de aumentar a capacidade do pessoal médico e de enfermagem. Melhoraremos as instalações e equipamentos hospitalares e a qualidade do serviço, coordenando de forma activa, os recursos das instituições médicas públicas e privadas, no sentido de garantir aos residentes, melhor qualidade e mais facilidade no acesso aos cuidados de saúde.

Promoveremos a prevenção de doenças crónicas, realizando um censo do estado de saúde da população, por forma a averiguar os fundamentos para a elaboração de uma estratégia de longo prazo para a saúde pública, protegendo, dessa forma, a saúde e a qualidade de vida dos residentes.

Continuaremos a zelar pela saúde infantil e junvenil, proporcionando apoio à comunidade e às escolas no reforço de actividades desportivas, com vista à promoção do crescimento saudável das crianças, dos adolescentes e dos jovens. Prosseguiremos a estratégia de desenvolvimento paralelo do desporto para todos e do desporto de competição, continuando a

melhorar a qualidade da saúde da população, a aperfeiçoar o hardware e software na área desportiva, a qualidade das instituições de formação desportiva e a elevar o nível geral deste sector.

IV. MELHOR GOVERNAÇÃO

O desenvolvimento económico e social de Macau está a entrar numa nova fase, o que implica novas exigências quanto à celeridade de modernização do sistema de governação de RAEM. São cada vez mais, manifestas as reivindicações da população, no que se refere ao aperfeiçoamento do regime de responsabilidade da Administração e da integridade, eficiência e eficácia governativas. Se eu for eleito, persistirei no propósito de “melhor servir os cidadãos” e na promoção da “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”; estarei sempre disponível para renovar as minhas ideias, esforçar-me-ei nas reformas empreendidas e a empreender e continuarei a aperfeiçoar o serviço público e a eficácia governativa, introduzindo medidas originais, inovadoras e eficazes, a fim de elevar a capacidade de execução e a credibilidade do Governo, de promover paulatinamente a construção do sistema legal e de aperfeiçoar o sistema de administração da RAEM.

1. Edificar um governo transparente e tomar decisões políticas baseadas em critérios científicos

Nos próximos cinco anos, será prioritária a edificação de um governo transparente ao abrigo do quadro jurídico em vigor. Continuaremos a promover a tomada de decisões políticas, baseada em critérios científicos e democráticos e a liberdade de imprensa, de publicação e de expressão continuarão a ser protegidas. Estabeleceremos diversos canais de comunicação e mecanismos de diálogo com todos, tendo por objectivo, promover a participação da população, aperfeiçoar a eficiência e a qualidade das respostas do Governo, melhorar a capacidade de exposição das políticas, garantir a interacção e a comunicação eficaz entre o Governo, os grupos sociais e os cidadãos e reforçar o estudo e a investigação das políticas públicas. Procederemos à reestruturação e simplificação do sistema de consulta, clarificando as funções dos órgãos de consulta, para que desempenhem eficazmente, o papel de ponte entre o Governo e a população.

2. Reestruturar a Administração Pública e aprofundar a reforma administrativa

O Governo da RAEM continuará a promover o reajustamento e a reestruturação da administração pública, revendo as atribuições e o número de organismos, dando especial atenção à racionalidade dos organismos de alto nível. Se eu for eleito, pretendo proceder oportunamente a um reajustamento de funções necessário para elevar a capacidade de execução dos serviços públicos, evitando, desta forma, o mais possível a sobreposição de funções e a falta de clareza de competências e de responsabilidades. O Governo da RAEM empenhar-se-á no aprofundamento da reforma administrativa, a fim de otimizar a governação, aliviar a máquina administrativa e simplificar procedimentos administrativos. Paralelamente, será otimizado o mecanismo de cooperação interdepartamental, com o intuito de promover a comunicação e a cooperação entre os serviços públicos e elevar a eficácia da Administração.

3. Otimizar a gestão de pessoal e promover a responsabilidade dos funcionários de alto nível do governo

Os trabalhadores da Administração Pública constituem valiosos recursos humanos do Governo da RAEM. Tendo como dever o aperfeiçoamento constante do sistema da Administração Pública, o Governo da RAEM irá proceder a uma profunda revisão do sistema de “concurso centralizado” para contratação de trabalhadores dos serviços públicos e do «Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos». O Governo também pretende rever integralmente os graus e os escalões nas carreiras verticais e horizontais e proceder à reavaliação dos trabalhadores de diferentes categorias dos serviços públicos, designadamente dos trabalhadores de base, quer ao nível de vencimento, quer ao nível do poder de compra. Pretende ainda, estudar o regime de selecção, progressão e aumento salarial por categoria dos trabalhadores da Administração Pública, de forma a potenciar o seu dinamismo. Além disso, o Governo otimizará a qualidade da formação e definirá de forma clara os direitos e os deveres dos funcionários públicos, com o objectivo de melhor servir o desenvolvimento da RAEM.

O Governo da RAEM definirá o regime de responsabilidade dos diversos níveis dos serviços governamentais, aumentando a sensibilização

dos funcionários de alto nível para a sua responsabilização, através do esclarecimento das responsabilidades de governação, a fim de garantir uma aplicação coerente das políticas. O Governo aperfeiçoará ainda, o sistema de avaliação do desempenho dos dirigentes, procurando assim, em articulação com o regime de responsabilidade, criar uma cultura administrativa orientada pelo empenho e pela responsabilidade.

4. Acelera a reforma jurídica e aumentar a eficiência judicial

O progresso socio-económico necessita da garantia do sistema jurídico. Estamos cientes de que o ordenamento jurídico não está ainda adaptado ao desenvolvimento socio-económico. Se eu for eleito, envidarei todos os esforços para promover o seu aperfeiçoamento, dando especial atenção, à legislação relativa aos assuntos da vida da população e à definição de diplomas fundamentais, tais como, o regime jurídico do contrato das empreitadas de obras públicas, cujo aperfeiçoamento visará o reforço da fiscalização e a garantia da pontualidade e da qualidade das respectivas obras. Além disso, pretendo introduzir medidas para a optimização do processo da elaboração de propostas de lei, insistindo na realização de consultas públicas prévias à elaboração de propostas de lei relevantes, de modo a ouvir amplamente, as opiniões e a obter o mais amplo consenso da sociedade. Respeitando o princípio da independência judicial, promoverei activamente, a simplificação processual, com o intuito de aumentar a eficiência judicial. Continuarei a optimizar o mecanismo de formação judicial e a planear a longo prazo, e de forma racional, a formação judiciária.

5. Reforçar a supervisão e salvaguardar a justiça e a integridade

O reforço da integridade e do papel fiscalizador da auditoria representa não só uma exigência do progresso, mas também uma garantia fundamental para o bom funcionamento do Governo. Nos próximos cinco anos, continuaremos a prestar atenção à construção de uma sociedade incorrupta, reforçando a edificação de um governo íntegro, justo, transparente e imparcial ao serviço da comunidade. Potenciaremos o papel de fiscalização do Commissariado contra a Corrupção e do Commissariado da Auditoria, em articulação com a supervisão efectuada pelo órgão legislati-

vo e adoptando uma atitude receptiva à supervisão pela população e pela comunicação social relativamente à governação, de forma a acelerar o desenvolvimento do ordenamento jurídico e garantir a justiça e a integridade do Governo da RAEM.

6. Promover paulatinamente o desenvolvimento da política democrática

Em Fevereiro de 2012, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China aprovou a Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional sobre as questões relativas à Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa e à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, definindo assim, o rumo do desenvolvimento da política democrática da RAEM. Estamos empenhados na execução plena da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e das decisões do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, para assim elevar constantemente, a qualidade das eleições democráticas em Macau, de acordo com a situação real e criar uma saudável cultura eleitoral, a fim de promover paulatinamente, o desenvolvimento da política democrática da RAEM, nos termos da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China.

CONCLUSÃO

A eleição para o quarto mandato do Chefe do Executivo coincide com o 15.º aniversário do estabelecimento da RAEM. Estou muito grato aos cidadãos de Macau, por me terem acompanhado ao longo deste percurso de quinze anos, quer nos bons, quer nos maus momentos, bem como a esta terra, onde cresci e me fiz homem. Esta gratidão, deu-me estímulo para tomar a decisão de me recandidatar ao cargo de quarto Chefe do Executivo.

Estou profundamente ciente da grande responsabilidade e da missão sagrada, que o Chefe do Executivo representa a RAEM e é responsável perante o Governo Central, e que, sendo o dirigente máximo do Governo da RAEM, é também responsável perante a RAEM. Estou determinado em encarar, com coragem, uma vez mais, este desafio. Se eu for eleito,

dedicarei todos os meus esforços para promover a nobre causa de “um País, dois sistemas”, cumprirei plenamente a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da Republica Popular da China, salvaguardarei firmemente a soberania nacional, a segurança e o desenvolvimento, e assegurarei, com determinação, a estabilidade duradoura da RAEM.

O quadro geral do meu programa político eleitoral reúne os seguintes propósitos: integrar os efeitos globais dos mecanismos de longo prazo, dirigir os esforços dos residentes de Macau para um aumento da qualidade de vida geral e para um progresso harmonioso da sociedade, canalizar as virtudes dos cidadãos de Macau, nomeadamente o seu empenhamento, a sua dedicação e a sua tolerância, representar a verdadeira opinião pública e a realidade social, acompanhando o progresso social desta era. Estamos convictos de que, com o apoio imprescindível do Governo Central e o empenho conjunto dos cidadãos, o desenvolvimento sustentável de Macau trará resultados acrescidos.

O sucesso do desenvolvimento da RAEM tem implicações a diversos níveis, nomeadamente no crescimento económico, na coesão social, no desenvolvimento integral dos cidadãos, bem como na coexistência pacífica e no equilíbrio entre o ser humano e a natureza e o meio ambiente. A procura da partilha dos frutos do desenvolvimento deve realçar prioritariamente, os esforços na melhoria global da qualidade de vida da população nos mais diversos sectores. Mesmo os bons resultados do desenvolvimento representam um conceito dinâmico, que apresenta evoluções qualitativas, em função do desenvolvimento da sociedade. Com o esforço de toda a sociedade, a partilha da prosperidade irá inevitavelmente, concretizar-se.

Nunca seremos complacentes, mas sim, modestos e cautelosos. Reflectindo sobre o passado, continuaremos a concretizar os princípios governativos de “servir melhor os cidadãos” e de promover a “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”. Seremos inovadores ao acelerar a reforma do sistema governativo. Aumentaremos, nos mais diversos sectores, a capacidade de decisão e de execução, de forma a melhorar a qualidade da governação. Continuaremos a reforçar a transparência governativa através do aperfeiçoamento dos mecanismos de supervisão, do alargamento dos canais de comunicação e da audição da opinião pública. Prosseguiremos a governação em articulação com a lei, reforçando a coordenação interactiva entre o poder executivo e o legislativo, assegaran-

do a independência judicial e otimizando as ferramente de hardware e software judiciais.

Iremos promover, com convicção, a concretização das “aspirações comuns para o futuro e partilha da prosperidade”. Persistiremos no conceito de “amor pela Pátria e por Macau”, reforçando a educação dos jovens neste sentido e maximizando o entusiasmo dos militantes deste ideal, a fim de obter o máximo consenso da sociedade e consolidar relações de cooperação e de confiança. Apoiaremos de forma activa, o desenvolvimento das organizações das mulheres, encorajando-as a uma participação mais ampla nos assuntos sociais, de modo a reunir as forças motrizes de toda a sociedade para promover, em conjunto, o desenvolvimento sustentável dos diferentes sectores da RAEM. Promoveremos paulatinamente o desenvolvimento do sistema político refundando as bases existentes com o intuito de criar um novo futuro. Procuraremos desenvolver-nos competitivamente, implementar as reformas necessárias à renovação da RAEM e concretizar a partilha do fruto do desenvolvimento, adaptando-nos constantemente, às novas realidades.

A confiança para me candidatar ao quarto mandado de Chefe do Executivo assenta na fé que deposito no desenvolvimento de Macau e no reconhecimento da regionalidade, da tolerância, da diligência e inteligência dos residentes de Macau. A experiência acumulada ao longo de vários anos ao serviço da comunidade e na Administração Pública permite-me perceber que, com a globalização, a integração económica e a evolução socio-económica de Macau, os problemas tornaram-se mais complexos e as reivindicações da sociedade diversificaram-se, pelo que a missão que agora se apresenta, afigura-se difícil e o caminho a percorrer será longo. Estou ciente de que, com o apoio do Governo Central e o empenho conjunto da população de Macau, qualquer dificuldade será ultrapassada e qualquer problema será resolvido. Estou determinado em assumir, mais uma vez, a responsabilidade de enfrentar os desafios, para criar, em conjunto, uma nova etapa no desenvolvimento de Macau.

Espero sinceramente dos membros da Comissão Eleitoral e dos cidadãos de Macau, a sua sincera confiança e o seu precioso apoio, no sentido de ver renovada a nobre oportunidade de servir a comunidade e a população de Macau. Se for eleito, comprometo-me a dedicar todas as minhas capacidades e sabedoria, em envidar esforços redobrados para contribuir, em conjunto com os cidadãos, para o renascimento da Nação Chinesa e para a prosperidade e a estabilidade duradoura da sociedade de Macau.